

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: O custo da energia	2
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	3
Título: TCU nega pedido da Cemig para paralisar leilão	3
Título: Donos de usina desrespeitam licenciamento	4
Título: Notas	6
Título: É de primeiro mundo	6
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	7
Título: Apesar de combustível e luz, inflação fica abaixo do piso da meta pela 1ª vez	7
Título: 36 empresas se inscrevem para leilão de petróleo em setembro	8
Título: Partidos aliados cobram cargos e ameaçam arrecadação de R\$ 13 bi	9
VEÍCULO: Valor Econômico	12
Título: Leilão da ANP tem 14 inscrições aprovadas	12
Título: Shell mantém confiança no país, apesar da política	13
Título: Destaques	15
Título: TCU nega pedido da Cemig e mantém leilão	15
Título: Holandesa Royal compra 50% da GranEnergia	16
Título: Equatorial analisa oportunidades de aquisições de elétricas	18
Título: Curtas	19
Título: Gerdau vê retomada no país em 2018	19
Título: FS Bioenergia planeja mais um aporte em etanol de milho	21
Título: Companhia mira o Norte via BR-163	23
Título: Prejuízo da Biosev cresceu 63%	24
Título: BB e Petrobras aderem a programa da B3 e veem mercado mais confiante	25
Título: Eneva busca recursos em bolsa para quitar dívida	26

VEÍCULO: O Globo**Seção: Opinião****Autor: Sérgio Malta****Título: O custo da energia**

A energia elétrica é, cada vez mais, um bem essencial para o desenvolvimento econômico e o cotidiano das famílias. Dessa forma, o preço de tal serviço atinge a sociedade como um todo e afeta planejamentos de indústrias, do salão de beleza da esquina e de cada casa.

Por ser um setor tão estratégico, o elétrico leva o governo de todos os países a estruturar matrizes e modelos que atenuem os custos da energia oferecida à sua cadeia produtiva e a seus cidadãos. No Brasil, contudo, parece que essa não é a preocupação dos governantes.

Anota técnica publicada pelo Ministério de Minas e Energia, que está em consulta pública e visa aperfeiçoar o modelo do sistema elétrico brasileiro por meio de uma medida provisória, tem um lado que vai na contramão dessa tendência mundial. O texto propõe uma série de medidas importantes para equacionar as relações financeiras intrassetoriais e, no conjunto, é pertinente e oportuno. Ocorre, porém, que o Tesouro aproveitou para sugerir mudanças que provocarão um indesejável aumento da energia elétrica vinculada aos contratos do grupo Eletrobras.

A operação é simples, engenhosa e prejudicial para o Brasil: trocar os contratos que a Eletrobras tem hoje para mais de 10 mil MW a preço variável de R\$ 60 a R\$ 80 para contratos com valor de R\$ 200.

Tal diferença será em grande parte (mais de 65%) "apropriada" pelo Tesouro para cobrir o déficit orçamentário. Trata-se de um imposto sem volta, que vai onerar toda a sociedade com um aumento reais de tarifas de mais de 7% por 30 anos.

Como isso vai acontecer? O governo vai trocar o modelo adotado em pelo menos 15 usinas já amortizadas (que quer privatizar para arrecadar R\$ 53 bilhões), de preço fixo em cotas, pelo preço de mercado, definido de acordo com a demanda e muito mais interessante para atrair eventuais investidores. Ou seja, a energia elétrica dessas usinas, que já foi paga por todos nós, pela proposta do governo será cobrada novamente de cada consumidor. Mais ainda, pretende-se fazer o mesmo em relação à energia gerada por Itaipu que, a partir de 2023, deverá ter um custo de R\$ 15 por MW.

O pior, é importante reafirmar, é que o dinheiro que se imagina levantar com os leilões das usinas que pertencem às subsidiárias Chesf, Furnas e Eletronorte corre o risco de não beneficiar o cofre da Eletrobras. Pela proposta, o valor arrecado seria dividido entre o governo, a estatal e um terço iria para a Conta de Desenvolvimento Energético, um fundo criado, entre outros objetivos, para conceder descontos tarifários a usuários de baixa renda e do setor rural.

Os ministérios da Fazenda e do Planejamento, pressionados pelas contas públicas e pelo fantasma do déficit fiscal, articulam para ficar com a parcela da Eletrobras. Para esta, acenam, no futuro, com uma promessa de aumento de capital por parte da União.

Essa é aquele tipo de proposta sem vencedores: o governo, porque vende patrimônio para resolver um problema sazonal, a Eletrobras porque perde valor e nada ganha, e os consumidores, porque vão pagar mais caro pela conta de energia elétrica por mais três décadas.

Sérgio Malta é presidente do Sindicato Interestadual das Indústrias de Energia Elétrica

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor:

Título: TCU nega pedido da Cemig para paralisar leilão

O Tribunal de Contas da União (TCU) negou ontem um pedido apresentado pela estatal mineira Cemig, para paralisar o processo de leilão das hidrelétricas de São Simão, Jaguará, Miranda e Volta Grande.

Como a decisão foi aprovada pelo plenário da corte de contas, só resta agora à Cemig esperar uma resposta do Supremo Tribunal Federal (STF). A estatal terá seu pedido de liminar analisado pela 2ª Turma do STF no dia 22 deste mês.

Anteontem, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou o edital do leilão, que foi marcado para o dia 27 de setembro, na B3, em São Paulo.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: André Borges****Título: Donos de usina desrespeitam licenciamento**

Empresa anuncia enchimento do lago da hidrelétrica de São Manoel sem aval do Ibama em aval do Ibama, os donos da Hidrelétrica de São Manoel, última grande usina leiloada pelo governo e em fase de construção na Amazônia, decidiram anunciar o enchimento do lago da usina, atropelando o processo de licenciamento ambiental do projeto e causando apreensão na população de Alta Floresta, na divisa entre Mato Grosso e Pará.

Com painéis instalados pelas ruas do município de 50 mil habitantes, a Empresa de Energia São Manoel (EESM), que pertence à chinesa Three Gorges, à portuguesa EDP e à estatal Furnas, do Grupo Eletrobrás, tratou de comunicar o "início da formação do reservatório", com o "período de enchimento: agosto a outubro de 2017". Nos anúncios, alertou ainda que pessoas procurassem a empresa, "caso encontrem algum animal na sua casa ou na propriedade que ofereça riscos".

Ocorre que, para iniciar ou mesmo comunicar a formação do lago artificial que vai inundar 66 quilômetros quadrados da região, a concessionária tem de obter antes, e obrigatoriamente, a licença de operação da usina, autorização que é concedida pelo Ibama e que ainda não foi liberada pelo órgão federal. Depois de ser procurado pelo Estado, o Ibama confirmou a irregularidade cometida pela EESM.

Após ser informado sobre o caso, o órgão ambiental declarou que vai notificar a empresa para que retire as informações e esclareça a real situação para a população local e as comunidades indígenas que vivem no entorno do Rio Teles Pires, onde a usina está sendo erguida. Procurada pela reportagem, a EESM não se manifestou sobre o assunto até a publicação deste texto.

O Ibama declarou que a empresa só poderá dar andamento à divulgação e início efetivo de enchimento do lago quando tiver aprovado seu "plano de comunicação" sobre a operação, o qual será autorizado simultaneamente à licença de operação da usina. A questão é saber quando essa licença será autorizada e em que condições. O Estado apurou que, para a Fundação Nacional do Índio (Funai), a EESM descumpriu uma série de compromissos que havia assumido com os povos indígenas da região, como parte do processo de licenciamento do projeto.

Depois de analisarem os programas de redução de impacto associados ao projeto, técnicos da Funai concluíram que, hoje, não há condições de dar sinal verde para que a hidrelétrica encha seu reservatório e comece a gerar energia. Um parecer técnico da fundação já está pronto, com a conclusão de que "não há condições de atestar a conformidade" do projeto.

Por lei, a Funai não tem poder de barrar a emissão da licença de operação da usina. Essa decisão cabe exclusivamente ao Ibama, que analisa as conclusões da fundação sobre os programas indígenas e, a partir daí, decide pela autorização ou não da licença. Na prática, porém, o Ibama sempre procura se ater ao que decidiu a Funai, sob risco de assumir responsabilidades por problemas que venham a surgir depois, caso decida contrariar as conclusões da fundação.

A reportagem apurou que, nas últimas semanas, representantes da EESM têm se reunido regularmente com o presidente da Funai, Franklimberg Ribeiro de Freitas, para tratar do assunto. Apesar de o parecer técnico da Funai reprovar a emissão da licença de São Manoel neste momento, por conta de descumprimento de compromissos com os índios da região, o presidente da Funai pode atenuar essa conclusão técnica e enviar um ofício ao Ibama com autorização para que o tema avance.

Histórico. As polêmicas sobre os impactos aos indígenas sempre estiveram presentes no histórico de São Manoel, usina que vai custar R\$ 2 bilhões, após três anos em processo de licenciamento. À época, a própria Empresa de Pesquisa Energética (EPE), estatal responsável pelos estudos da usina, admitiu que São Manoel traria uma série de impactos aos povos indígenas da região. Mesmo assim, o governo tomou a decisão política de avançar com o projeto.

No mês passado, o canteiro de obras da usina chegou a ser ocupado por um grupo de mais de 200 indígenas, em protesto por conta de uma série de reivindicações, entre elas a devolução de urnas funerárias de parentes enterrados há anos na região que será afetada pela usina. "Com outras três usinas erguidas no Teles Pires, a barragem de São Manoel está provocando sérias consequências para os povos que vivem rio abaixo, especialmente em termos de qualidade da água, diminuição da pesca e destruição de lugares sagrados", diz Brent Millikan, geógrafo e diretor do Programa Amazônia.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção:** Economia / colunas**Autor:** Aline Bronzati, Cynthia Decloedt e Fernanda Guimarães**Título:** Notas

» **Dentro.** A Eletrobrás está trabalhando duro para seguir o caminho de Petrobrás e Banco do Brasil, que já aderiram ao programa de governança das companhias estatais da B3, e da BB Seguridade, que prevê seu ingresso em setembro. A expectativa da elétrica é concluir o processo em novembro. O selo da Bolsa busca reconstruir a credibilidade dos investidores junto às estatais.

» **Avanços.** Enquanto não obtém o selo de boa governança, a Eletrobrás tenta conquistar investidores mostrando esforços para reestruturar a estatal. Atualizações sobre o plano estratégico da companhia devem ser apresentadas esta semana, junto aos resultados do segundo trimestre.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção:** Economia / Colunas**Autor:** Celso Ming**Título:** É de primeiro mundo

A principal característica da inflação de julho é a de que alguns dos principais itens que puxaram os preços nesse mês deixarão de produzir efeitos nos próximos. Vêm de uma vez por todas, digamos assim. Essa característica é importante na medida em que não se espera retomada da inflação.

O repique de julho fica por aí. Os aumentos de preços concentrados na energia elétrica (mudança para bandeira vermelha) e nos combustíveis (alta de impostos sobre gasolina e óleo diesel) não deverão ter impacto significativo nos próximos meses.

É preciso notar, também, mudança relevante nos preços administrados (apenas para quem não está habituado com essa terminologia, estes são os preços determinados não propriamente pelo princípio da oferta e da procura, mas por força de lei, regulamento ou imposição das autoridades).

Nesse segmento estavam as tarifas de energia elétrica e de combustíveis. Na medida em que a Petrobrás introduziu na formação de seus preços o conceito de paridade externa, até mesmo em periodicidade diária; e na medida em que a adoção de bandeiras nas tarifas de energia, que se baseiam na utilização ou não de energia mais cara produzida pelas usinas térmicas, esses preços deixaram de se reajustar pelo critério anterior.

A principal consequência é a de que não mais se acumulam reajustes taludos que um dia são descarregados de uma vez sobre os preços, como no passado recente. Ou seja, além de eliminar forte fator de incerteza, o novo critério de preços deixou de ter impacto mais expressivo sobre a inflação.

Uma das consequências práticas dessa inflação persistentemente mais baixa do que a de alguns anos é a de que os juros básicos (Selic), hoje nos 9,25% ao ano, devem continuar deslizando, no momento à proporção de 1,0 ponto porcentual por vez. Fica cada vez mais provável que termine o ano ao redor dos 7%. E esse tombo dos juros tem tudo para se transformar em novo fator de retomada da atividade econômica e do emprego.

Outra consequência prática é a queda do chamado fator de erosão da renda. Uma coisa é uma vida apertada com perda de valor do salário de 10% ao ano, como a que existia há um ano e meio e outra, bem diferente, é aquela que se dá com uma inflação de 3%. Quando os preços e a renda se tornam bem mais estáveis, como agora, a atividade econômica fica mais previsível. As vantagens dessa situação nova poderão ser mais bem avaliadas dentro de mais alguns meses.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Lucas Vettorazzo

Título: Apesar de combustível e luz, inflação fica abaixo do piso da meta pela 1ª vez

Sob impacto do aumento dos combustíveis e da energia elétrica, o país deixou para trás a deflação de junho e voltou a registrar inflação. O IPCA avançou 0,24% em julho, após a variação negativa de 0,23% no mês anterior.

Ainda assim, em 12 meses, a inflação ficou abaixo do piso de meta do governo pela primeira vez em dez anos. A taxa, de 2,71%, é a menor desde fevereiro de 1999.

Analistas dizem que a inflação em 12 meses chegou a seu patamar mais baixo e que a tendência é de aceleração ao longo do ano.

A perspectiva é de alta, principalmente em agosto. Os itens que mais pressionaram o indicador continuarão subindo de preço.

Menores preços de combustíveis, energia elétrica e alimentos haviam derrubado o índice em junho, quando o país teve a primeira deflação desde 2006. No mês seguinte, os salvadores da pátria passaram à condição de vilões —com exceção para o grupo de alimentos, que continuou em queda.

O governo autorizou em 21 de julho o aumento da alíquota de PIS e Cofins sobre combustíveis. Os dez dias de vigência da medida foram suficientes para elevar o preço da gasolina em 1,06% e do etanol em 0,73%.

Agosto irá refletir a alta cobrada ao longo do mês completo, o que não ocorreu em julho. Para a LCA Consultoria, por exemplo, a inflação da gasolina deve chegar a 9% em agosto.

O aumento fez a consultoria rever a previsão do IPCA do mês, para 0,55%, com o ano encerrando em 3,70% —índice mais baixo que o centro da meta, de 4,5%, mas acima do piso, de 3%.

A energia elétrica teve impacto em julho da mudança da bandeira tarifária da cor verde (sem sobretaxa) para a amarela e foi o item de maior alta, de 6%. Sozinho, representou 0,2 ponto percentual da inflação de 0,24% do mês. Em agosto, a bandeira é vermelha patamar 1 (ou rosa), que é ainda mais cara.

Para o economista Cristiano Oliveira, do Banco Fibra, os bons resultados dos últimos três meses não devem se repetir. "A forte desaceleração de maio, junho e julho teve um caráter excepcional. O índice continuará baixo porque a base de comparação é alta, mas sem dúvida terá uma ligeira aceleração daqui para a frente".

Algo que leva os economistas a prever alta da inflação nos próximos meses é que a queda dos alimentos não deve continuar. O fim do ano é período em que há aumento. Questões climáticas impediram a alta no fim de 2016, cenário que não deve se repetir.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: 36 empresas se inscrevem para leilão de petróleo em setembro

A ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) informou nesta quarta (9) que 36 empresas se inscreveram para participar da 14ª rodada de licitações de áreas petrolíferas no Brasil, marcada para setembro.

Dentre elas, 14 já foram habilitadas pela agência, por cumprir os requisitos técnicos necessários, e tiveram seus nomes divulgados nesta quinta.

Duas delas são estreantes em leilões brasileiros: Petronas e DEA Deutsche Erdoel, da Malásia e da Alemanha, respectivamente. Uma terceira nunca teve concessões no país, a também alemã Wintershall.

A lista inclui ainda as gigantes Exxon (EUA), Shell (Inglaterra/Holanda), Total (França) e BP (Inglaterra). A Petrobras também foi habilitada.

A 14ª rodada vai oferecer 287 blocos exploratórios em 11 bacias sedimentares brasileiras. A área total oferecida será de 122.622 quilômetros quadrados. Embora seja focado em áreas do pós-sal, o leilão terá também blocos com possibilidade de reservas no pré-sal na Bacia de Campos.

Essas áreas estão fora do chamado polígono do pré-sal definido em 2010 pelo governo Lula, no qual só podem ser assinados contratos de partilha de produção —que garantem ao governo uma parcela do óleo produzido.

A 14ª rodada será o primeiro teste de atratividade do setor de petróleo brasileiro após mudanças nas regras que reduziram o compromisso de compras de bens e serviços no país e flexibilizaram a cobrança de royalties sobre a produção.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Bruno Boghossian, Daniel Carvalho, Laís Alegretti

Título: Partidos aliados cobram cargos e ameaçam arrecadação de R\$ 13 bi

O Palácio do Planalto recebeu nesta quarta (9) novo sinal de que enfrentará dificuldade para conduzir a agenda econômica que defende como prioridade no Congresso.

Sem receber os cargos prometidos, partidos da base de Michel Temer ameaçam impor derrota ao governo na semana que vem, quando se espera que ocorra a primeira votação da pauta econômica depois da rejeição da denúncia contra o presidente.

A primeira demonstração de insatisfação mais enfática deve vir na votação do Refis, texto no qual o governo já encontra dificuldades para negociar com o Legislativo.

Siglas do chamado "centrão", grupo que reúne partidos médios como PP, PR, PSD e SD, pretendem boicotar as negociações sobre a medida provisória do Refis, programa de renegociação de dívidas com o fisco.

Alegando falta de diálogo com o Planalto, essas siglas afirmam que o governo se recusa a redistribuir os cargos hoje ocupados por indicações de deputados que votaram contra Temer.

O Refis é a principal arma do governo para ampliar a arrecadação deste ano, diminuir o rombo no Orçamento e amenizar a revisão da meta fiscal, estipulada em um deficit de R\$ 139 bilhões.

A expectativa da área econômica do governo era arrecadar R\$ 13 bilhões com o programa, mas a Câmara alterou o texto, gerando mais benefícios para os devedores, e reduziu essa projeção para menos de R\$ 1 bilhão.

Com a lenta recuperação da economia e, conseqüentemente, das receitas, a expectativa é que nos próximos dias o governo Temer eleve para mais de R\$ 150 bilhões a meta para o rombo de 2017.

A quarta-feira foi de reuniões para tentar se chegar a um acordo sobre o Refis (parte importante dos cálculos para a meta fiscal), mas não houve conclusão.

Integrantes de partidos como PP, PTB e PR dizem que, se não tiverem suas demandas atendidas, poderão votar a favor do texto costurado na Câmara, à revelia do Planalto, ou simplesmente não votar texto algum. Se o centrão barrar as negociações até outubro, a medida provisória perderá a validade.

O governo tem feito uma redistribuição pontual de cargos, mas promete aos parlamentares listar até a semana que vem as vagas ocupadas por traidores, em uma devassa mais significativa.

Fiadores da vitória de Temer na semana passada, quando a denúncia contra o presidente foi rejeitada por 263 votos, os deputados do centrão estão de olho não apenas em cargos do primeiro escalão –como o Ministério das Cidades, hoje nas mãos do dividido PSDB.

Há interesse, principalmente, em postos de segundo e terceiro escalão. Um exemplo é a Codevasf (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba), comandada pelo PSB. Oficialmente, o partido está na oposição, mas ainda comanda o Ministério de Minas e Energia e sua bancada na Câmara está rachada.

ALÉM DO CENTRÃO

As ameaças à pauta econômica do governo não estão restritas ao centrão. Como a Folha mostrou em julho, partidos aliados de Temer como PSDB, PR, DEM e PSD já defendiam que ele abandonasse a ideia de votar a reforma da Previdência e que a proposta só fosse retomada no próximo governo, em 2019.

Diante da insatisfação com a distribuição de cargos, a insatisfação se alastrou.

"Neste momento, meu partido não discute e não vota Previdência. Enquanto não houver engajamento do governo de tratar quem é base diferente de quem não é base, não há o que fazer", disse o líder do PP, Arthur Lira (AL).

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), reconheceu dificuldades para aprovar a reforma da Previdência e disse que é "legítimo" que parlamentares declarem que não há condições de tocar a reforma.

AGENDA ECONÔMICA

Governo Temer atua em várias frentes

REONERAÇÃO DA FOLHA

Medida provisória atual, que entrou em vigor no mês passado, irá caducar nesta semana sem ter sido votada. Um projeto de lei sobre o tema será enviado ao Congresso Nacional, provavelmente para valer no ano que vem. O governo contava com receita de R\$ 2,5 bilhões neste ano. Ainda não há estimativa para o ano que vem

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Proposta do governo Michel Temer, com alterações, foi aprovada em uma comissão do Congresso, mas ainda precisa passar por pelo menos quatro votações nos plenários da Câmara dos Deputados e do Senado. Aliados avaliam que o presidente não tem mais os 308 votos necessários para que a proposta para a Previdência passe pela Câmara. Uma alternativa seria desidratar o projeto, que teria como foco ampliar a idade mínima para todos os brasileiros

REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo prometeu enviar proposta ao Congresso que começa pela reforma do PIS/Cofins. O passo seguinte da equipe econômica é propor mudanças no ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), principal fonte de receita dos Estados

JUROS DO BNDES

Tramita no Congresso medida provisória que, se convertida em lei, mudará a taxa de juros dos empréstimos do BNDES, de modo a reduzir gastos públicos com subsídios. A TLP (Taxa de Longo Prazo) deverá substituir a atual TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), hoje em 7% ao ano e fixada trimestralmente pelo CMN (Conselho Monetário Nacional). Com a mudança, a taxa do banco de

fomento tende a se aproximar dos juros praticados no mercado financeiro. A transição deverá ser feita em cinco anos.

METAS FISCAIS

Governo pode pedir ao Congresso para alterar as metas fiscais deste ano e de 2018. Pelos cálculos que estão na mesa, será preciso ampliar a meta de deficit deste ano de R\$ 139 bilhões para R\$ 158 bilhões. A meta de deficit para o ano que vem, que foi definida em R\$ 129 bilhões, pode passar para cerca de R\$ 170 bilhões.

REFIS

A primeira medida provisória sobre o assunto caducou. Outra, que tramita no Congresso Nacional, criou condições muito favoráveis a devedores do fisco. Agora, o governo quer elaborar uma terceira proposta para o programa de renegociação de dívidas com a Receita, "mais equilibrada"

SERVIDORES

Governo estuda adiar reajuste programados para janeiro do ano que vem e corte de benefícios, além de um PDV (programa de demissão voluntária) para o qual se espera baixa adesão

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Cláudia Schüffner e Rodrigo Polito

Título: Leilão da ANP tem 14 inscrições aprovadas

As inscrições de 14 empresas interessadas em participar da 14ª rodada de licitações da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), já foram aprovadas. Dessas, 11 companhias são de origem estrangeira, e três são nacionais. O leilão acontece em 27 de setembro.

A lista inclui grandes multinacionais como Shell, ExxonMobil, BP, Total, Repsol e a Petrobras. Também foram aprovadas as alemãs Wintershall do Brasil Serviços e DEA Deutsche Erdoel AG, a malaia Petronas Carigali, a australiana Karoon e a tailandesa PTTEP. Entre as brasileiras estão empresas de pequeno porte como a Vipetro e a Muncks & Reboques, o que mostra a diversidade das áreas oferecidas. Ao todo, serão leiloados 287 blocos no mar e terra localizados em nove bacias sedimentares.

A documentação das 14 empresas foi analisada e aprovada pela Comissão Especial de Licitações da ANP. Segundo a agência reguladora, a qualificação das

empresas como operador A (apto para liderar a exploração e produção em águas profundas), B (até 400 metros de profundidade), C (áreas em terra) ou não operador só será feita no dia da apresentação das ofertas.

Os demais pedidos de inscrição e respectivas documentações serão analisados pela Comissão Especial de Licitações da ANP nas reuniões para os dias 16, 23 e 25 deste mês.

De acordo com a ANP, 36 companhias preencheram o formulário de inscrição para participação na 14ª rodada. O número está em linha com o total de inscritos na 13ª rodada, em 2015 (37 empresas). O recorde foi registrado em 2013, na 11ª rodada, com 64 companhias habilitadas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Cláudia Schüffner

Título: Shell mantém confiança no país, apesar da política

A turbulência política não vai afastar os investimentos da Shell no Brasil, disse ontem o presidente da multinacional de petróleo, Andre Araújo, ao participar de um evento no Rio. Ele lembrou que a companhia está no país há 104 anos e conhece a realidade local.

Entretanto destacou que a Shell está tendo "muito trabalho" com os investimentos que vem fazendo, a despeito do que ele ressaltou ter sido uma "agenda política bem forte" nos últimos dois anos. Araújo se referia à troca de governo em 2016 e à votação da exigibilidade de investigação do atual presidente, Michel Temer, realizada na semana passada.

"Mas ao mesmo tempo em que existe essa agenda [política], a indústria de óleo e gás, e posso falar especificamente pela Shell, continua a pleno vapor. Então, mesmo com turbulências no cenário político continuamos acreditando no nosso compromisso de investimento", afirmou.

O executivo lembrou que, no ano passado, a Shell divulgou que planeja investimentos US\$ 10 bilhões no Brasil até 2020, que incluem projetos da agora subsidiária BG. A empresa foi adquirida por US\$ 54 bilhões em 2015, o maior negócio do setor realizado nas últimas duas décadas.

Em três ocasiões ontem, Araújo elogiou o que considera um progresso da agenda regulatória do setor, citando mudanças nas regras de conteúdo local, apesar de ainda aguardar a extensão do Repetro, regime aduaneiro especial para a indústria de óleo e gás. "Desde que o mercado se abriu temos a

possibilidade de novos investidores [participarem dos leilões do pré-sal] e uma série de temas que felizmente estão sendo colocados para resolução", disse.

Sobre a participação da Shell nos leilões que serão realizados este ano - a empresa está inscrita para a 14ª Rodada -, Araújo prefere não criar expectativas explicando que a participação efetiva só será decidida no dia de cada leilão.

"Eu sempre falo que, particularmente agora nessa reta final, nós vamos fazer os 'economics' dos projetos e avaliar fluxo de caixa e o valor presente dos projetos. E quanto mais clareza, menos precificação de risco você coloca dentro do projeto", resumiu.

O executivo observou que cada companhia avalia o país, a geologia e as parcerias de forma específica. "O que posso dizer é que existe bastante movimentação em relação aos leilões. Quase todas as empresas de alguma forma estão avaliando as participações nos leilões", disse, sem entrar em detalhes sobre parcerias.

Depois de participar ontem de um evento comemorando os 55 anos da Sociedade Brasileira de Engenharia Naval (Sobena), Araújo disse que Shell está analisando todas as áreas que serão oferecidas nos três leilões marcados para este ano. Sobre o processo, ele disse que começa com a avaliação técnica, seguida da avaliação comercial das áreas.

"Começamos a ranquear os melhores projetos aqui no Brasil [comparados] com todos os outros projetos que o grupo tem como opção de investimento, numa comparação de atratividade", disse. "É por isso que falo sempre em competitividade, já que nossa companhia tem um limite de capital a ser investido anualmente e fazemos uma purificação de portfólio regularmente", observou.

Lembrando da existência de um limite da capacidade de investimentos, Araújo observou que essa competição entre projetos de vários países é a razão de repetir sempre a palavra "competitividade" em suas falas públicas. A Shell vai investir R\$ 120 milhões em pesquisa e desenvolvimento (P&D) no Brasil em 2017.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção:** Empresas**Autor:****Título:** Destaques

Energisa reverte perdas

A Energisa registrou lucro líquido de R\$ 59,6 milhões, no segundo trimestre, revertendo prejuízo apurado de R\$ 31,1 milhões um ano atrás. Na mesma comparação, a receita líquida cresceu 13,9%, para R\$ 3 bilhões e o Ebitda (sigla em inglês para lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) avançou 6,9%, somando R\$ 406,8 milhões. Segundo a empresa, a melhora é explicada, principalmente, pela redução de R\$ 121 milhões no resultado financeiro e maior geração bruta de caixa.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção:** Empresas**Autor:** Murillo Camaroto**Título:** TCU nega pedido da Cemig e mantém leilão

O plenário do Tribunal de Contas da União (TCU) rejeitou ontem uma medida cautelar solicitada pela Cemig para adiar a realização do leilão de quatro hidrelétricas da empresa, marcado para 27 de setembro. Relator do pedido, o ministro do TCU Aroldo Cedraz sugeriu aos colegas do tribunal que o pedido fosse apensado a outro processo que trata do tema e que a cautelar fosse rejeitada. O plenário aprovou por unanimidade.

Com a decisão, a última alternativa da empresa para barrar o certame está no Supremo Tribunal Federal (STF). Uma liminar solicitada pela direção da Cemig será analisada no próximo dia 22 pela 2ª Turma do STF.

O edital do leilão das usinas de São Simão, Jaguará, Miranda e Volta Grande foi aprovado na terça-feira pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). A projeção do governo é de arrecadar R\$ 11,05 bilhões com o certame. O dinheiro é tido como fundamental para o cumprimento da meta fiscal.

Os vencedores do leilão vão assinar contratos de 30 anos para operar a capacidade de 2.922 megawatts das quatro hidrelétricas, que representam quase a metade da geração da Cemig. No entendimento da empresa, o contrato de concessão das usinas dá direito a uma renovação automática por 20 anos.

O TCU já havia autorizado a realização do leilão há uma semana, mas pediu alterações em algumas projeções técnicas aplicadas pela Aneel para definir o valor de cada usina. A agência fez as mudanças, mas não mexeu nas estimativas de receita das novas concessões.

As quatro usinas da estatal envolvem concessões que expiraram entre agosto de 2013 e fevereiro deste ano. A Cemig não aceitou prorrogar os contratos nas condições definidas pelo novo marco regulatório e decidiu entrar na Justiça para tentar renovar os contratos com base em regras anteriores à lei.

A estatal mineira chegou a obter, por mandado de segurança apresentado ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), liminar favorável à manutenção da concessão da Hidrelétrica de Jaguara, mas o pedido acabou sendo negado durante a análise apreciação do mérito da ação.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia

Título: Holandesa Royal compra 50% da GranEnergia

Enxergando uma retomada no segmento de exploração e produção de petróleo, a holandesa Royal ICH e a GranInvestimentos, holding da família Gradin, lançaram a GranICH Services, nova companhia voltada para prestação de serviços no segmento de óleo e gás no Brasil e na América Latina, incluindo operação e manutenção de embarcações existentes e outros serviços em infraestrutura e logística.

Para concretizar a parceria, a Royal IHC comprou 50% da GranEnergia, empresa da GranInvestimentos que, atualmente, oferece soluções integradas ao segmento de óleo e gás. Não foram informados valores da transação.

A holandesa vai entrar com expertise de engenharia e tecnologia das embarcações utilizadas na exploração da commodity, construídas pela própria companhia fora do Brasil, além do contato com clientes internacionais.

"A IHC é uma empresa com tradição em vários países. Na nossa visão, é um parceiro que vai nos ajudar a implementar o crescimento e a internacionalização das nossas atividades, e também a diversificação de clientes e de áreas de atuação da empresa", disse Miguel Gradin, que era presidente da GranEnergia e agora representa a holding da família no negócio.

Para Gradin, um dos grandes gargalos deste segmento no país é a infraestrutura, e a nova empresa vai poder ocupar esse espaço, ajudando as empresas a terem maior eficiência e produtividade, com reduções de custo.

"Acreditamos na retomada do setor. O petróleo na faixa de US\$ 50, US\$ 60 o barril já viabiliza isso. Nosso foco é mais no desenvolvimento e produção dos campos, no upstream", disse Gradin.

A Petrobras, que já é cliente da companhia, deve oferecer outras oportunidades, mas a GranIHC Services também mira grandes petroleiras privadas que estão crescendo no Brasil, além de companhias menores prestadoras de serviços ao setor.

"O movimento faz parte da nossa estratégia de crescimento, de crescer não só na indústria do Brasil mas também na América Latina. Claro, olhamos Brasil e mercados da região, e a Petrobras continua sendo principal cliente, mas também olhamos clientes privados", disse ele.

O plano de desinvestimentos da petroleira estatal também é visto como criador de oportunidades para a nova empresa. "As vendas de campos e as parcerias da Petrobras vão estimular vendas no curto prazo", disse.

As próximas rodadas de licitação de campos de petróleo previstas para este ano devem criar mais oportunidades no médio e longo prazo. "Certamente, isso vai estimular bastante o crescimento da indústria no Brasil."

Nessa estratégia de internacionalização, a companhia busca oportunidades de negócios no México, Colômbia, Chile, Uruguai e Guiana, entre outros. O fato de a RoyallHC ser uma empresa internacional e com negócios já com as principais companhias do mundo deve ajudar a empresa a alcançar esse objetivo.

"Juntando as duas empresas, vamos oferecer cada vez mais uma solução completa ao cliente, para assegurar a melhor performance, de forma que a gente possa contribuir com a inteligência, planejamento e manutenção das embarcações", afirmou.

Nos próximos três anos, os acionistas projetam investimentos de até R\$ 100 milhões na expansão das linhas de negócio da GranIHC Services. Segundo Rodrigo Dantas, presidente da companhia, não foi definido ainda para onde serão usados esses recursos, mas os planos da empresa devem exigir reforço no capital de giro, que deve sair dos sócios.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Rodrigo Polito e Rodrigo Rocha****Título: Equatorial analisa oportunidades de aquisições de elétricas**

A Equatorial Energia vai analisar oportunidades de aquisições nas áreas de geração, transmissão e distribuição, entre os ativos do setor que estão sendo colocados à venda no mercado ou serão leiloados neste segundo semestre. Segundo o diretor Financeiro e de Relações com Investidores da companhia, Eduardo Haiama, o setor de distribuição continuará sendo o "core business" (negócio principal) do grupo, que já possui duas distribuidoras (Cemar, no Maranhão, e Celpa, no Pará) e o segmento de transmissão entrou no "DNA" da companhia, que arrematou oito projetos do tipo em leilões da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) desde o ano passado.

"Certamente estaremos analisando oportunidades", afirmou o executivo, durante teleconferência com analistas e investidores sobre os resultados da Equatorial no segundo trimestre, um lucro de R\$ 127 milhões, com queda de 28,9% ante igual período de 2016.

Forte candidata na disputa pelas distribuidoras no Norte e Nordeste que a Eletrobras pretende privatizar até o fim do ano, a Equatorial, que se destaca pela recuperação operacional e financeira de Cemar e Celpa, é competitiva em relação a outras companhias no segmento, frisou Haiama. Com relação à transmissão, ele disse que a empresa vai "olhar todas as oportunidades com bastante afinco".

A Equatorial fechou o segundo trimestre com R\$ 2,5 bilhões em caixa e uma relação dívida líquida/Ebitda de apenas 1,7. Outro dado relevante do resultado é que a Celpa alcançou a meta regulatória de perdas totais de energia, determinada pela Aneel, de 26,8%, pela primeira vez desde que foi adquirida pela companhia em 2012.

O mercado reagiu positivamente ao resultado. As ações da Equatorial fecharam o pregão da B3 com alta de 4,4%, a R\$ 60,57.

Segundo o Goldman Sachs, o Ebitda (sigla em inglês para lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização), de R\$ 395,9 milhões ficou acima do esperado. O BTG Pactual também destacou a melhoria do resultado da empresa, que em sua visão, aconteceu mais rapidamente do que o esperado. A expectativa do banco para o lucro líquido, por exemplo, era de R\$ 84 milhões.

Para o Brasil Plural, as receitas líquidas de Cemar e Celpa, de R\$ 830 milhões (alta de 18,6%) e R\$ 1,247 bilhão (alta de 24,5%), respectivamente, superaram estimativas do banco, que destacou ainda que o consumo de energia nas duas concessionárias apresenta recuperação ante o primeiro trimestre.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Indicador da Eletropaulo

Com o compromisso de cortar mais R\$ 80 milhões em despesas, a Eletropaulo segue trabalhando para reduzir o indicador de provisões para perdas para liquidação duvidosa (PCLD), disse Charles Lenzi, presidente, em teleconferência sobre os resultados do segundo trimestre. Segundo ele, com a melhora da inadimplência e a redução das multas pagas pelos problemas na qualidade do serviço, as despesas operacionais devem cair.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes

Título: Gerdau vê retomada no país em 2018

Embora já existam alguns sinais positivos na economia, a siderúrgica Gerdau trabalha com retomada do consumo por aço no Brasil apenas em 2018. Ao comentar os resultados da companhia no segundo trimestre, o presidente do grupo, André Gerdau Johannpeter, observou que as perspectivas continuam desafiadoras no país e a demanda interna, baixa. Mas alguns setores, notadamente o automotivo e o industrial, começam a trazer algum alento, e há notícias positivas como geração de emprego e redução da taxa de juros. "Os sinais são pequenos, mas importantes", afirmou o executivo.

Os números operacionais da Gerdau no segundo trimestre refletiram esse ambiente e vieram melhores do que os dos três primeiros meses do ano. A comparação anual, porém, mostra que ainda há terreno a recuperar.

No segmento de aços planos, usados, por exemplo, na indústria automotiva, de linha branca e equipamentos, o desempenho já é positivo, destacou o presidente. Já aços longos, cujas vendas estão atreladas à construção civil e infraestrutura, ainda sofrem e a recuperação só deve vir no começo do ano que vem, acrescentou.

De abril a junho, a siderúrgica teve receita líquida de R\$ 9,2 bilhões, com alta de 8,4% frente ao primeiro trimestre e queda de 10,6% frente ao mesmo intervalo do ano passado. O resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) ajustado, de R\$ 1,1 bilhão, subiu 31,3% na primeira comparação, mas caiu 6,7% ante igual período de um ano atrás.

Em termos consolidados, a produção de aço bruto e as vendas caíram 5% e 12,6% no trimestre, para 4,09 milhões de toneladas e 3,71 milhões de toneladas, respectivamente. Os volumes foram impactados pela fraqueza no mercado brasileiro e pela transferência das unidades de aços especiais na Espanha.

A última linha do balanço ficou positiva no trimestre, mas ajudada pelo diferimento de impostos da ordem de R\$ 197,8 milhões - antes dos tributos, o resultado estava negativo em R\$ 24,9 milhões, mas chegou a R\$ 75 milhões na linha atribuída aos controladores.

Considerando-se ainda um ajuste de R\$ 72,5 milhões referente à operação que resultou na constituição de uma joint venture na Colômbia com a Putney Capital Management, no fim de junho, o lucro líquido ajustado da companhia foi de R\$ 149 milhões no trimestre, queda de 19% na comparação anual.

Diante desse desempenho, o conselho de administração aprovou o pagamento de R\$ 34,2 milhões em dividendos.

De acordo com o vice-presidente de Finanças da Gerdau, Harley Lorentz Scardoelli, a tendência de queima de caixa que perdurou na primeira metade de 2017 deve se reverter no segundo semestre. Nos três primeiros meses do ano, a siderúrgica teve fluxo de caixa livre negativo em R\$ 256 milhões, mas no segundo trimestre a geração de caixa livre foi positiva em R\$ 241 milhões. "A primeira metade [do ano] consumiu mais caixa. Na segunda metade, vai tentar retornar [caixa]", disse o executivo.

A siderúrgica manteve o plano de investimento de R\$ 1,3 bilhão neste ano, mas admite que é possível que esse número não seja alcançado uma vez que o ritmo de desembolsos foi mais lento nos seis primeiros meses do ano - R\$ 432 milhões. Segundo Johannpeter, a postura de seletividade nos investimentos está mantida.

Em relação aos preços do aço, o executivo afirmou que há retomada importante no mercado internacional, influenciada pela solidez de várias economias. "O cenário global é de crescimento dos preços dos produtos de aço em geral. Temos visto isso e deve se manter por mais três ou quatro meses", afirmou.

O presidente da siderúrgica destacou como fatores de sustentação aos preços o fenômeno "importante" de redução de capacidade na China e o aumento das cotações das matérias-primas, que afetam os mercados em que a Gerdau está presente.

O executivo afirmou ainda, sem tecer comentário específicos sobre prêmios no mercado interno, que a tendência de "retomada de preços" nos vários mercados "tem gerado possibilidades em alguns mercados do lado positivo".

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos

Título: FS Bioenergia planeja mais um aporte em etanol de milho

Mal saiu do forno o investimento da FS Bioenergia em uma usina que produz etanol exclusivamente a partir de milho em Mato Grosso e a empresa prepara-se para um novo aporte. Com a planta de Lucas de Rio Verde operando desde o fim de junho, a FS - joint venture entre a gestora americana Summit Agricultural Group e a companhia mato-grossense de grãos Fiagril - deve iniciar a duplicação da unidade já no primeiro trimestre de 2018. E ainda planeja, em até cinco anos, ter ao menos mais uma usina de etanol de milho no Estado.

Para fazer a duplicação, a empresa prevê um aporte de R\$ 250 milhões, a ser desembolsado ao longo de 18 meses. Para a construção da fábrica atual, a primeira no país a usar apenas milho para produzir etanol e que será inaugurada amanhã, foram investidos R\$ 450 milhões.

A expectativa da FS é alcançar uma receita de R\$ 1 bilhão por ano quando a duplicação terminar. Com a estrutura atual, a empresa espera faturar entre R\$ 520 milhões e R\$ 550 milhões por ano.

Mais de 70% da receita da usina deverá ter origem na venda de etanol, segundo Rafael Abud, vice-presidente e diretor financeiro da FS. A outra parte será proveniente de "coprodutos": óleo de milho para biodiesel, três tipos de DDG (Distillers Dried Grains), que são farelos de milho extraídos da produção de etanol, e energia elétrica a partir de biomassa (principalmente à base de eucalipto).

A usina é vizinha de um frigorífico e de uma fábrica de rações da BRF, e de uma planta de biodiesel da Fiagril, que poderão ser alguns dos clientes de seus coprodutos, de acordo com o executivo.

O novo aporte não significa afobamento, diz Henrique Ubrig, presidente da FS. "É prudente concluir essa primeira fase, entender o que estava no projeto e o que está acontecendo na prática", afirma. A construção da nova estrutura começará assim que a planta atual alcançar sua plena capacidade e o financiamento for resolvido.

Ainda em agosto a FS espera ocupar 100% da capacidade atual da usina. Isso significa moer 50 mil toneladas de milho mensais. Neste momento, essa taxa está em 75%. Ubrig acredita que, em setembro, a usina já gerará caixa - o que, se mantido nos meses seguintes, será em parte utilizado para bancar a duplicação.

Os recursos próprios da FS, porém, não devem garantir todo o investimento na expansão. Uma fonte adicional de recursos está sendo estudada - pode ser um financiamento com bancos, no mercado de capitais, ou novo aporte dos sócios. Ante um cenário de restrição de crédito no país, a FS não descarta recorrer a bancos estrangeiros. "Só tomaremos muita cautela com a alavancagem financeira", ressalva Ubrig.

O endividamento não deve ser muito maior que o dobro do lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda), mas essa correlação dependerá da "engenharia financeira" do novo aporte, afirma. "Em fase pré-operacional, se é mais conservador. Mas podemos ser mais arrojados".

Em um horizonte de até cinco anos, a FS quer erguer ao menos mais uma usina de etanol de milho em Mato Grosso, mas ainda avalia a melhor localização. Se Sinop, por exemplo, está no coração da produção do cereal do Estado, Rondonópolis tem a facilidade de acesso ferroviário ao Sudeste, maior consumidor de etanol do país. "Vai depender da direção do mercado de etanol e das políticas, como o RenovaBio", observa Ubrig.

Do investimento de R\$ 450 milhões recém-concluído, 40% foi levantado com um investidor americano do agronegócio - cujo nome a FS não revela - e será pago em cinco anos. Os demais recursos foram aportados pelos sócios da joint venture, quase na mesma proporção da fatia de cada um no negócio: 75% da Summit e 25% da Fiagril.

Inicialmente, ambos teriam participações iguais na joint venture. Mas, com a dificuldade de convencer os bancos a financiar uma empreitada sem precedentes em um país tradicional pelo etanol de cana, os americanos decidiram garantir recursos - desde que tivessem participação maior.

Segundo Ubrig, ao menos inicialmente o negócio não deve gerar dividendos. Pela própria característica de atuação do Summit, que administra vários fundos

com atuação no setor, o objetivo é gerar valor na fábrica. Eventualmente, a Summit pode vender o negócio no futuro, mas com um patrimônio mais robusto.

A eventual saída da Summit do capital da FS no futuro pode levar também à saída da Fiagril, que tem se voltado a participações minoritárias. Recentemente, a companhia mato-grossense vendeu uma fatia majoritária na Fiagril Ltda para empresa do chinês Pengxin Group. "Mas tudo vai ser sempre muito conversado", garante Ubrig.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos

Título: Companhia mira o Norte via BR-163

A FS Bioenergia quer vender o etanol que produz a consumidores do Norte do país e do norte de Mato Grosso. Para isso, deverá encarar a BR-163, que volta e meia tem o acesso interrompido por lamaçais ou protestos.

Inicialmente, o maior volume fornecido deve ser de etanol anidro, já que o hidratado é pouco competitivo ante a gasolina na região. "Adiante, olhamos mecanismos que viabilizem o consumo de hidratado", diz Rafael Abud, vice-presidente da FS.

O etanol à base de milho tem desempenho igual ao produzido a partir de cana nos veículos.

Mato Grosso é autossuficiente em etanol e ainda vende 300 milhões de litros de anidro e 25 milhões de hidratado a outros Estados por safra, de acordo com o Sindalcool-MT.

O Estado tem três usinas que produzem tanto com cana como com milho. A Destilaria Libra, em São José do Rio Claro, utiliza ambos concomitantemente. A Usina Porto Seguro, em Jaciara, e a Usimat, em Campos de Júlio, usam o cereal só na entressafra da cana.

A planta da FS é a primeira do Brasil a utilizar apenas milho. Nos EUA, quase todo o etanol é feito apenas do grão em 200 plantas.

A empresa pretende usar a BR-163 para chegar ao porto de Miritituba, no Pará, mas traça alternativas ante eventuais problemas, como via Porto Velho.

A localização da usina da FS é estratégica pela proximidade da matéria-prima. A empresa já negociou mais da metade do milho que irá processar nesta safra por, em média, R\$ 16,50 por saca.

Se considerado o último preço do etanol anidro em Mato Grosso, de R\$ 1,66277 o litro, é possível estimar que a FS tenha uma margem bruta de etanol de R\$ 0,65 por litro.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos

Título: Prejuízo da Biosev cresceu 63%

A sucroalcooleira Biosev, controlada pela francesa Louis Dreyfus Company, teve um prejuízo líquido de R\$ 577 milhões no primeiro trimestre da safra atual (2017/18), encerrada em 30 de junho, 63% acima do prejuízo registrado em igual período da temporada passada.

O resultado poderia ter sido pior se não tivesse ocorrido um efeito positivo da tributação do IR e da CSLL. Antes da tributação, o prejuízo foi de R\$ 861 milhões.

A companhia não chegou nem a registrar lucro bruto no período. Embora a receita líquida tenha crescido 9,5%, para R\$ 1,832 bilhão, o custo dos produtos vendidos e serviços prestados avançou 25%, para R\$ 2,014 bilhões. Dessa forma, a Biosev encerrou o trimestre com prejuízo bruto de R\$ 182,016 milhões.

Em relatório, a administração da empresa atribuiu a alta dos custos ao crescimento da quantidade de sacarose (ATR) vendida, aos custos não caixa e aos custos unitários. Aumentou, por exemplo, a dependência do fornecimento de cana de terceiros. Houve impacto também do custo com arrendamentos e parcerias.

No lado financeiro, a variação cambial e o pagamento de juros também afetaram o desempenho. O resultado financeiro líquido foi negativo em R\$ 474,280 milhões - ante saldo positivo de R\$ 27,020 milhões no mesmo período da safra passada. A dívida líquida subiu 11,1%, para R\$ 5,218 bilhões, e a alavancagem subiu a 3,8 vezes.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Finanças****Autor: Camila Maia e Talita Moreira****Título: BB e Petrobras aderem a programa da B3 e veem mercado mais confiante**

O presidente do Banco do Brasil (BB), Paulo Caffarelli, afirmou que a instituição "apanhou muito no passado" e aprendeu a criar mecanismos de proteção para garantir uma conduta adequada na gestão dos negócios.

"Estamos atualizados com todas as boas práticas de governança no Brasil e fora", disse Caffarelli ontem, em cerimônia que marcou a adesão do BB ao Programa Destaque em Governança de Estatais (PDGE) da B3. Segundo ele, todo o processo decisório no banco é tomado em comitês e não de forma individual. "Isso é importante para manter decisões técnicas".

Ao lado de Caffarelli, o presidente da Petrobras, Pedro Parente, afirmou que a estatal reforçou uma série de controles internos e todas as decisões passam por diversos comitês, o que aumenta a segurança de que tudo seja em conformidade com as regras.

Petrobras e BB foram as duas primeiras companhias a aderir ao programa de governança da B3, mas devem ganhar a companhia da BB Seguridade e da Eletrobras nos próximos meses. No caso da holding de seguros do BB, disse Caffarelli, a adesão está prevista para setembro.

Parente procurou enfatizar que a Petrobras passou por uma transformação desde que esteve envolvida no maior escândalo de corrupção do país.

Segundo ele, atitudes como a de Aldemir Bendine - ex-presidente da Petrobras preso recentemente sob acusação de ter recebido propina da Odebrecht - seriam mais difíceis no modelo atual da empresa. Parente acrescentou que há uma investigação interna sobre o que aconteceu na gestão passada. "Para termos absoluta certeza", disse, ao ser questionado sobre o assunto por jornalistas.

Parente afirmou que a Petrobras tem conseguido recuperar a confiança do mercado com melhorias operacionais e na governança. Ele destacou que hoje 80% dos analistas de bancos recomendam a compra das ações da empresa, contra 15% quando assumiu o cargo. Nesse período, o custo de financiamento da companhia também caiu, acrescentou o executivo.

Caffarelli também apontou um aumento da confiança do mercado no banco. "A ação do BB praticamente dobrou do ano passado para este", ressaltou.

No entanto, o executivo ponderou que governança corporativa se dá no dia a dia, "no aperfeiçoamento da transparência e da ética", e não um processo com um ponto final. Sobre Bendine, que também foi presidente do BB, Caffarelli disse que não comentaria casos individuais, mas que a atual estrutura de gestão protege a instituição de influências indevidas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Finanças

Autor: Victor Aguiar

Título: Eneva busca recursos em bolsa para quitar dívida

A geradora de energia elétrica Eneva entrou na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) com pedido de registro de oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias.

Pouco mais de um ano depois de sair da recuperação judicial na qual entrou a partir da ruína do império construído pelo empresário Eike Batista, a Eneva quer fazer uma reestreia na bolsa de valores. Apesar de já ser listada, a companhia passará por um novo processo de fixação do preço de suas ações.

A informação sobre o chamado "re-IPO" da Eneva foi antecipada em reportagem do **Valor** em 25 de julho. Na ocasião, fontes informaram que a expectativa era a de que a operação movimentasse até R\$ 1,5 bilhão.

A companhia vai buscar com investidores recursos novos para pagar, pelo menos parcialmente, dívidas com os bancos Votorantim, Caixa e BNDES. Esses pagamentos devem somar cerca de R\$ 764,5 milhões e representam 70% da oferta primária. O restante será usado para investimentos gerais da empresa.

Além disso, alguns sócios da Eneva devem aproveitar para vender suas ações. Os maiores acionistas atualmente são o BTG Pactual, com 36,4%, e o fundo Cambuhy, que conta com recursos do banqueiro Pedro Moreira Salles, com 25,7%. O grupo alemão E.On (por meio da holding Uniper), que já foi cocontrolador com Eike, tem 8,3%, e o Itaú Unibanco 7,88%.

Em fato relevante divulgado na terça-feira, a Eneva diz que a oferta contará com esforços de colocação das ações no exterior para investidores institucionais qualificados dos Estados Unidos.

No entanto, outros detalhes da oferta, como o volume de ações a ser oferecido e a faixa indicativa de preço por papel, não foram divulgados pela empresa.

Conforme a instrução CVM 400, a operação poderá ser acrescida em até 20% do total de ações inicialmente ofertadas e, além disso, poderá contar com um lote suplementar equivalente a até 15% do total de papéis inicialmente oferecidos, sem contar as ações adicionais.

A oferta de ações da Eneva tem como coordenador líder o BTG Pactual, além dos bancos Itaú BBA, Goldman Sachs, Bradesco BBI, Citi e Santander.

MME / ASCOM